

**PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PEDAGOGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO EM UM INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO**

LEONARA ROCHA DOS SANTOS CASTRO, ELENILCE GOMES DE OLIVEIRA,
NATAL LÂNIA ROQUE FERNANDES, MARIA MADALENA DA SILVA, JERCIANO PINHEIRO FEIJÓ

Instituto Federais de Ciências e Tecnologia do Ceará (IFCE)
<leonararocha23@gmail.com>, <elenilce@ifce.edu.br>, <laninharoque@gmail.com>,
<mariamadalena@ifce.edu.br>, <jercianopinheiro@ifce.edu.br>
DOI: 10.21439/conexoes.v18i0.3053

Resumo. Este artigo visa apresentar o processo de elaboração da proposta de Diretrizes Norteadoras para ações de formação continuada dos pedagogos do serviço público federal, da carreira dos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs), em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. O estudo é fruto da pesquisa de mestrado que buscou analisar a formação inicial e continuada dos pedagogos (TAE) do Instituto Federal do Ceará (IFCE) em relação às propostas formativas mais adequadas para categoria, que estejam alicerçadas em uma perspectiva crítica e emancipadora a partir da elaboração de Diretrizes para sua Formação Continuada. A pesquisa utiliza abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em Carrijo, Cruz e Silva (2016), Lorenzet e Zitkoski (2017), Oliveira e Fonseca (2020) e Silva e Monteiro (2020). As referidas diretrizes foram estruturadas em cinco seções, a saber: 1. Formação para os pedagogos recém-ingressos na instituição; 2. Formação específica para os Pedagogos (TAE) recém-ingressos, lotados nas Coordenadorias Técnico-Pedagógicas (CTPs); 3. Formação Continuada dos Pedagogos (TAE) do IFCE; 4. Da oferta e participação nas formações e 5. Abordagem didático-pedagógica. Por fim, reforçamos que as diretrizes não se constituem em um documento rígido, mas têm como proposta fomentar discussões dos pedagogos acerca de suas demandas formativas, tanto enquanto categoria de trabalhadores quanto em sua atuação nos Institutos Federais.

Palavras-chaves: Pedagogo – Técnico-Administrativos em Educação. Formação Continuada. Diretrizes. Institutos Federais.

**A PROPOSAL OF GUIDELINES FOR THE CONTINUING EDUCATION OF EDUCATIONALISTS WHO WORK
AS ADMINISTRATIVE TECHNICIANS IN EDUCATION AT A FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION**

Abstract. This article aims at presenting the elaboration process of the proposal of Guiding Guidelines for continuing education actions for educationalists in the federal civil service, of the career of Administrative Technicians in Education (TAE, in Portuguese) in a Federal Institute of Education, Science and Technology. The study is the result of master's research that sought to analyze the initial and continuing education of educationalists (TAE) of the Federal Institute of Ceará in relation to the most appropriate training proposals for the group, which are based on a critical and emancipatory perspective from the development of guidelines for their continuing education. This study constitutes qualitative research of exploratory nature supported by Carrijo, Cruz e Silva (2016), Lorenzet e Zitkoski (2017), Oliveira e Fonseca (2020) and Silva e Monteiro (2020). These guidelines were structured as follows: a) Continuing education actions for educationalists recently admitted to the institution; b) Specific continuing education actions for educationalists (TAE), recently admitted, working in the Technical Pedagogical Coordinations; c) Continuing education actions for educationalists (TAE) of IFCE; d) The offer and the participation in continuing education actions; e) Didactic-pedagogical approach. Finally, we emphasize that the guidelines are not a rigid document, but an instigating proposal to foster discussions of educationalists in the Federal Institutes and within the group about their educational demands and the operationalization models.

Keywords: Educationalist– Administrative Technicians in Education. Continuing Education. Guidelines. Federal Institutes.

1 INTRODUÇÃO

Os servidores ocupantes dos cargos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) das Instituições Federais de Ensino (Ifes), entre os quais estão os pedagogos, possuem plano de cargos e carreira específico. O Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos (PPCTAE), aprovado pela Lei nº 11.091/2005¹, estabelece os procedimentos para a concessão do incentivo à qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores da educação pertencentes a esfera federal. Além disso, a categoria é regida pela Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), instituída pela Decreto 9.991/2019².

Apesar dos avanços proporcionados por estas normativas, por legalizar à categoria dos pedagogos TAE dos Institutos Federais (IFs) do Brasil e sistematizar uma política de progressão, apresentam-se, no entanto, críticas em relação ao seu caráter predominantemente técnico. Principalmente, em relação à abordagem formativa por competências, revelando o caráter de uma política de formação que busca atender aos interesses do capital.

Essa abordagem norteada para o desenvolvimento de competências visa alcançar a excelência dos serviços, nos princípios da eficiência e eficácia, desconsiderando o caráter educativo, crítico e político da atuação dos AEs, que exercem suas atividades no ambiente educacional Magalhães (2016).

Dentro dessa categoria, destacamos o profissional pedagogo TAE, que ao atuar como mediador do processo educativo e articulador de ações junto aos diversos sujeitos da comunidade escolar, necessita de um vasto conhecimento pedagógico sobre os processos de ensino e aprendizagem, bem como do contexto educacional no qual está inserido. Assim sendo, é basilar que a instituição sistematize estratégias formativas alicerçadas na perspectiva crítica de formação, que considerem, sobretudo, os aspectos históricos, políticos e sociais inerentes à atuação dos pedagogos TAE na Rede Federal de Educação.

Diante dessa especificidade, buscamos por referências de estudos que subsidiassem a construção da proposta de diretrizes norteadoras para os pedagogos TAEs

em IFs, no entanto, não encontramos produções que contemplassem a formação continuada destes profissionais. Contudo, foi possível observar nos trabalhos de Carrijo, Cruz e Silva (2016), Lorenzet e Zitzoski (2017), Oliveira e Fonseca (2020) e Silva e Monteiro (2020), ainda que não seja o objetivo central destas pesquisas, apontamentos para a necessidade de formação continuada dos pedagogos, devido a amplitude e importância da atuação destes profissionais nessas instituições.

Diante deste escopo de ausência de referencial para formação continuada dos pedagogos TAE dos IFs, bem como as políticas de desenvolvimento com viés predominantemente pragmático, emergiu a necessidade de consultarmos os pedagogos TAEs de um Instituto Federal, tendo em vista sondar sua compreensão sobre: quais necessidades formativas acreditam serem necessárias para sua atuação nessas instituições? Como elas poderiam ser implementadas pela instituição? Quais suas motivações para participar dessas iniciativas?

Estas inquietações culminaram na realização de uma pesquisa de mestrado, cujo os sujeitos foram os pedagogos de um Instituto Federal, a qual se propôs analisar a formação inicial e continuada dos pedagogos (TAE) do IFCE em relação às propostas formativas mais adequadas para categoria, a partir da elaboração de Diretrizes para a Formação Continuada de Pedagogos TAE, subsidiada por um referencial que discute a formação crítica desses profissionais.

Destacamos a originalidade do presente trabalho, sobretudo pela participação ativa dos próprios pedagogos (sujeitos da pesquisa), uma vez que a proposta das diretrizes emergiu dos seus apontamentos referentes às suas necessidades de formação. Dito isto, esse artigo tem como objetivo apresentar o processo de elaboração da proposta de diretrizes norteadoras para ações de formação continuada dos pedagogos, visando oportunizar espaços legítimos de formação.

Isto posto, inicialmente apresentamos um panorama acerca da atuação dos pedagogos nos Institutos Federais do Brasil, a partir de um levantamento das produções científicas recentes sobre esta temática. Em seguida, abordaremos a Metodologia, as Demandas formativas dos pedagogos TAE do IFCE, os Resultados e discussões e as Considerações finais.

2 A ATUAÇÃO E A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PEDAGOGOS TAE'S DOS INSTITUTOS FEDERAIS

As publicações científicas brasileiras acerca do pedagogo dos IFs, nos últimos 6 anos estão em número bastante reduzido. Em um levantamento da literatura

¹Brasil. LEI Nº 11.091, DE 12 DE JANEIRO DE 2005 - Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

²DECRETO Nº 9.991, DE 28 DE AGOSTO DE 2019 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

acadêmica, realizada no período de 2016 a 2022, encontramos, ao refinar os resultados por artigo, apenas 4 trabalhos principais (Tabela 1).

Nestas pesquisas, destacam-se, predominantemente, discussões sobre as identidades do pedagogo, a estruturação do seu trabalho no contexto dos IF's, considerando os aspectos legais e práticos, bem como a interlocução entre a atividade do pedagogo com o dos profissionais Técnico em Assuntos Educacionais (TAE).

Na pesquisa de Carrijo, Cruz e Silva (2016), foi identificado que o trabalho do pedagogo nos IFs se organiza em múltiplas funções, sendo este profissional reconhecido como mentor e articulador das ações didático-pedagógicas, bem como organizador do tempo e espaço da escola, atuando junto aos demais agentes que compõem a comunidade escolar. Por conta dessa interlocução, como apontam os autores, exige-se do pedagogo uma preparação que lhe dê subsídios para lidar com a complexa e multifacetada realidade educacional na qual está inserido.

O trabalho de Oliveira e Fonseca (2020) corrobora com os achados do estudo de (Carrijo; Cruz; Silva, 2016) ao apontar o papel central do pedagogo como mediador dos processos de ensino e de aprendizagem e a sua atuação nos diversos grupos que compõem a comunidade escolar. Neste estudo, é apontado que os saberes necessários para a atuação na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) não estão contemplados na formação inicial dos pedagogos. Por isso, esses profissionais acabam “sendo obrigados a aprender no exercício do cargo (...) por meio de tentativas e erros. O que pode gerar a precarização do trabalho desses sujeitos” (Oliveira; Fonseca, 2020, p. 61)

Por sua vez, Silva e Monteiro (2020) apresentam uma discussão inovadora ao abordarem a caracterização do profissional pedagogo, a partir da identificação em detrimento da identidade. A defesa desta proposta se constrói com base no argumento de que, falar em identidade, remete a um caráter fixo e acabado, já a identificação está alinhada ao conceito de construção, movimentos e dinamicidade.

Lorenzet e Zitzkoski (2017), retomam a discussão da relevância do profissional pedagogo em sua atuação mediadora, apontando a necessidade de uma formação que tenha profundidade e amplitude de concepções para potencializar a formação de profissionais de postura crítica frente à educação.

Para os autores mencionados, é basilar que os processos de formação contínua desses profissionais estejam fundamentados em conhecimentos históricos, sociológicos, antropológicos, sociais e políticos emerge

como aspectos cruciais. Isto porque, essa abordagem contextualizada visa potencializar a capacidade dos profissionais para ações mais autônomas, críticas e reflexivas frente às demandas de seu contexto de trabalho.

Na mesma direção, Carrijo, Cruz e Silva (2016) e Oliveira e Fonseca (2020) apontam para formações pedagógicas alicerçadas em bases teóricas sólidas, articuladas com a prática, considerando a troca de experiência entre estes profissionais, bem como o embasamento para atuação na mediação do processo de ensino e aprendizagem.

Nos resultados de Oliveira e Fonseca (2020) nos chamou atenção o apontamento de que, ainda que a formação inicial não prepare os pedagogos para a atuação específica na EPT, ela tem papel fundamental por oferecer subsídios para que o profissional construa estratégias para lidar com as situações pedagógicas inerentes a este contexto educacional.

Em síntese, a partir deste levantamento, foi possível identificar nos trabalhos analisados o reconhecimento da importância dos pedagogos (TAE) nos IFs, bem como a necessidade de capacitação específica destes profissionais a partir de formação continuada, para sua atuação no contexto da EPT.

É complexa, ao mesmo tempo, primordial a atuação dos pedagogos TAEs nos IFs. Por esse motivo, as formações destinadas a estes profissionais, devem considerá-los em sua integralidade, como sujeitos histórico e sociais, superando o pragmatismo e a lógica do capital, presente no nosso modelo de sociedade, para uma proposta crítica e emancipadora Freire (2021).

No que tange à formação continuada no contexto dos IFCE, observa-se que, de forma geral, não há uma política institucional sistemática de formação para nenhum dos profissionais que se enquadram na categoria dos TAEs. No caso dos pedagogos, de acordo com o conhecimento pessoal, as iniciativas formativas para categoria ocorrem de forma pontual, particular ou seguindo o que está previsto no PNDP.

Diante desses fatos, a realização da pesquisa apresentada neste trabalho, se deu a partir da aproximação com os servidores pedagogos do um Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), tendo em vista desvelar seus anseios formativos para a atuação na instituição, bem como refletir sobre estratégias e possibilidades para a elaboração de uma política institucional de formação continuada para pedagogos TAE e, a partir desses aspectos elaborar uma proposta de formação para estes profissionais.

Quadro 1: Trabalhos acadêmicos sobre Pedagogos (TAE) no IF'S

Tipo	Ano	Autor	Título
Artigo	2020	Walas Leonardo de Oliveira / Thalita Cavassana Dias da Fonseca	O trabalho do pedagogo na educação profissional do Instituto Federal de São Paulo.
Artigo	2020	Silvana de Alencar Silva / Filomena Maria de Arruda Monteiro	Pedagogos não docentes nos Institutos Federais de Educação, tensionando os processos de identificação.
Artigo	2017	Deloize Lorenzet / Jaime José Zitkoski	Contribuições pedagógicas em Institutos Federais: o supervisor escolar, o orientador e o pedagogo técnico-administrativo.
Artigo	2016	Carolina Ribeiro de Souza Carrijo / Shirleide Pereira da Silva Cruz / Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva	O trabalho do pedagogo nos Institutos Federais de educação Ciência e Tecnologia: algumas análises.

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa de campo, de natureza qualitativa, foi realizada no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), cujos campi se encontram em 35 cidades, distribuídos em diversas macrorregiões do estado cearense (Figura 1).

De acordo com a Plataforma Nilo Peçanha³ (PNP), o IFCE tem, atualmente, 66 pedagogos TAE, sendo 14 do sexo masculino e 52 do sexo feminino. No que diz respeito à formação acadêmica, 30 são mestres, 24 especialistas, 5 doutores, 3 graduados e 3 com suplementação pedagógica.

Como critério de seleção dos sujeitos, estabelecemos o exercício de atividades nas Coordenadorias Técnico- Pedagógicas (CTPs)⁴ ou setor equivalente. Com base neste critério 46 pedagogos estariam aptos a participar do estudo, no entanto, contamos com a participação efetiva de, apenas, 16 pedagogos, nas devolutivas dos questionários I e de 7 pedagogos no retorno do questionário II.

³A Plataforma Nilo Peçanha (PNP) é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Tem como objetivo reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). <Disponível em: <https://bityli.com/DpsEeU>>

⁴A Coordenação Técnico Pedagógica (CTP) é o setor responsável

Para preservar o anonimato de quem respondeu o questionário, em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, Lei nº 13.709/2018), foi atribuída para a identificação dos sujeitos da pesquisa a letra P (pedagogo) seguida de números, por exemplo: P1, P2, P3 e assim sucessivamente.

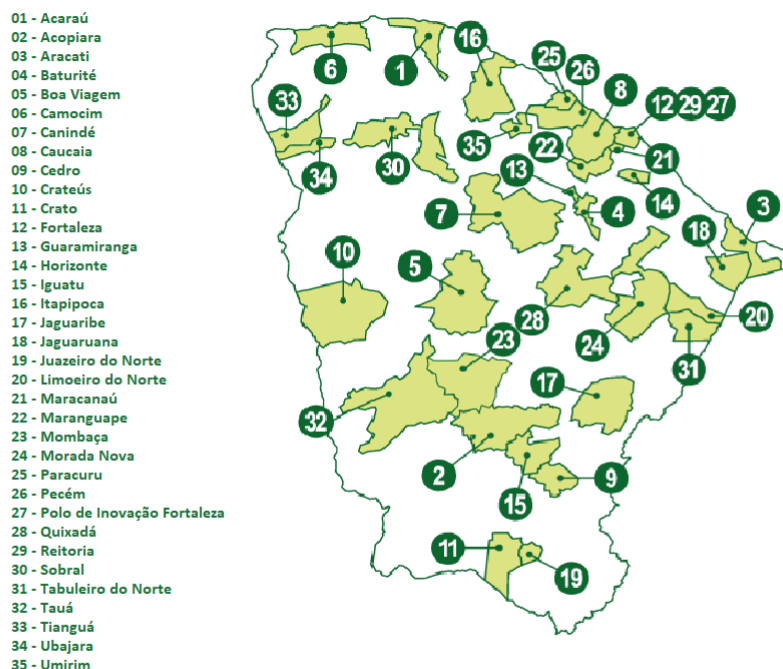
A coleta de dados ocorreu em duas etapas. Inicialmente, foi aplicado o Questionário I, socializado com os pedagogos TAE, através do *Google Forms*. A aplicação desse questionário possibilitou o conhecimento prévio das opiniões dos sujeitos e suas crenças e sentimentos em relação à questão investigada Gil (2010).

A partir deste questionário buscamos compreender: I. a percepção desses profissionais sobre sua atuação na educação profissional; II. as contribuições da sua formação inicial e continuada para a desempenho do seu exercício profissional; III. aspectos relevantes para seu engajamento nas ações de formações.

Com base nas respostas do questionário I, foi possível delinear o perfil desses sujeitos, no que diz respeito ao gênero, faixa-etária, escolarização e tempo de carreira. A figura abaixo (Figura 2) indica que a maioria (81,3%) das participantes são mulheres. Ademais, predominam servidores com faixa etária de 42 a 46 anos. No que tange à formação acadêmica observamos que 56,3% dos pedagogos são especialistas bem como que

pelo planejamento, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas desenvolvidas nos campi do IFCE.

Figura 1: A presença do IFCE no Estado do Ceará.



Fonte: IFCE, 2022.

a maioria tem mais 12 anos de experiência na instituição, tendo concluído a formação inicial, predominantemente, entre 2001 e 2010.

Na segunda etapa da pesquisa, foi aplicado o Questionário II, também através do *Google Forms*. Neste formulário, foi solicitado que os pedagogos analisassem a proposta das diretrizes referentes à sua formação continuada dentro do IFCE. Destacamos que as sentenças inseridas na proposta das diretrizes foram elaboradas a partir das contribuições dos participantes, obtidas por meio do Questionário I.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este tópico contempla os achados a partir da realização da pesquisa, os quais dividimos em duas etapas. Inicialmente, apresentamos as demandas formativas indicadas pelos pedagogos participantes da pesquisa, no que se refere à sua atuação no IFCE. Em seguida, des-

crevemos o processo de elaboração das Diretrizes para formação continuada dos pedagogos TAEs do IFCE.

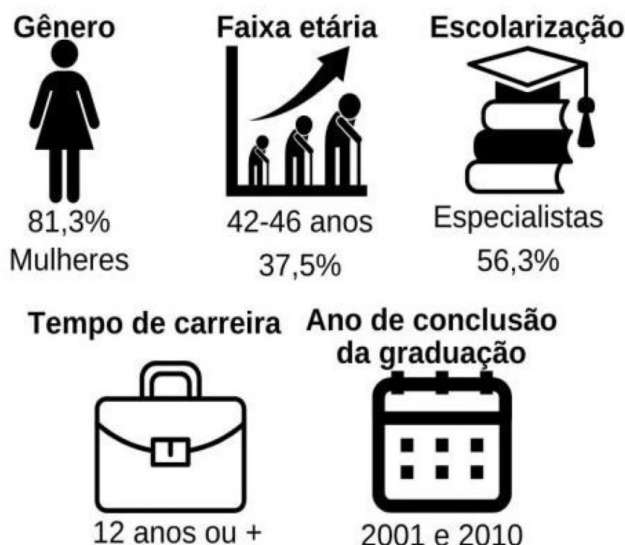
4.1 Demandas formativas dos pedagogos TAE do IFCE

A partir dos dados coletados, identificamos algumas demandas dos pedagogos no que se referem às suas necessidades formativas, bem como acerca da motivação e interesse em participar de formações. Nesse sentido, os pedagogos ressaltaram a necessidade de formação continuada para a realização das suas atividades, principalmente ao ingressar na instituição. Essa realidade é expressa a partir de falas como:

[...] o trabalho no IFCE é um labirinto de atuações, o que vai exigir de nós contínua formação (P11).

[...] sinto necessidade quanto à formação específica para EPT(P10).

Figura 2: Característica prevalente entre os sujeitos da pesquisa.



Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

[...] no início, fiquei um pouco perdido, dada a especificidade do trabalho(P1).

Em suas respostas, os pedagogos afirmaram que, de modo individual ou coletivo, participam de formações continuadas, tanto das ofertadas pela instituição, quanto as que buscam em outras instituições e espaços, por iniciativa particular. Em relação aos temas de maior interesse, destaca-se a necessidade de estudos sobre educação profissional, por não ter visto durante a sua graduação. Logo, a partir de suas contribuições, foi possível inferir que esses profissionais se mostram motivados, por reconhecerem a necessidade de capacitação contínua para o aprimoramento de sua atuação no contexto do IFCE.

Ainda no tocante às temáticas de interesse, em resposta ao questionamento sobre “*os conteúdos que os pedagogos do IFCE consideram relevantes nas formações ofertadas para a categoria*”, os sujeitos pontuaram ter interesse em discutir os seguintes conteúdos: “mediação de conflitos e processo disciplinar discente” (P13), “relacionamento interpessoal” (P11) e “Mediar a relação professor e aluno e aluno - aluno”(P8), “atualização da legislação específica” (P12), “conhecer as atribuições dos pedagogos do IFCE” (P5), “análise de PPCs ” (P5), “conteúdos pedagógicos” (P4), “formação continuada de professores, gestão escolar” (P7).

Na realidade do IFCE, pode-se perceber que as demandas formativas dos pedagogos TAE reúnem ativi-

dades de cunho pedagógico e administrativo. Com isso, cada pedagogo, no seu papel de educador, atuante em várias vertentes dentro do espaço institucional dos IFs, precisa estar consciente do seu trabalho enquanto sujeito político, buscando ler o contexto no qual está inserido, em sentido micro e macro. Esse profissional precisa se desnudar de qualquer falsa neutralidade, pois por ação ou omissão, ele está contribuindo para a educação ofertada nos IFs.

4.2 Construção das Diretrizes para formação continuada dos pedagogos TAEs do IFCE: uma ação coletiva

As diretrizes foram construídas com base nas reflexões teóricas realizadas ao longo da realização da pesquisa de mestrado, bem como a partir da contribuição e validação dos participantes da pesquisa, através dos Questionários I e II, respectivamente. Assim sendo, a proposta foi estruturada em 5 categorias: (1) **Formação para os pedagogos recém-ingressos na instituição**; (2) **Formação específica para os Pedagogos (TAE), recém ingressos, lotados nas Coordenadorias Técnico Pedagógicas**(3) **Organização da Formação Continuada dos Pedagogos (TAE) do IFCE**; (4) **Da oferta e participação nas formações**; e, por fim, (5) **Abordagem didático-pedagógica**.

Para a construção do primeiro ponto das diretrizes, “**Formação para os recém-ingressos na institui-**

ção”, foram considerados os relatos dos pedagogos à pergunta: *Você percebe que sua formação na graduação contribui para realização das suas atividades no IFCE?* Embora a maioria dos profissionais tenha respondido afirmativamente, alguns ressaltaram que na graduação não obtiveram conhecimento específico sobre a Educação Profissional e Tecnológica, como afirmam (P10), (P12) e (P13). Por essa razão, de acordo com (P13), (P9) e (P15), ao ingressarem nos Institutos Federais, os pedagogos TAE buscaram essa formação para atuar na instituição, sendo muitas vezes, por iniciativas individuais.

Já na segunda seção, que versa sobre a **“Formação específica para os Pedagogos (TAE), recém-ingressos, lotados na Coordenadoria Técnico Pedagógica na instituição”**, as sentenças foram definidas a partir da pergunta: *Você se considera preparado(a) para o desenvolvimento do seu trabalho no IFCE?* Diante dessa pergunta, os pedagogos reconheceram as especificidades e a complexidade da atuação no IFCE, como demonstram as falas de P15, P2 e P9, ao afirmarem que “o IFCE tem uma dinâmica bastante diferente” e que “o trabalho no IFCE é um labirinto de atuações” (P15); o que pode deixá-lo “um pouco perdido, dada a especificidade do trabalho” (P2), uma vez que em “alguns casos nos falta respaldo para uma melhor atuação” (P9).

A construção da terceira seção que trata da **“Formação Continuada dos Pedagogos (TAE) do IFCE”**, baseou-se nas respostas obtidas nas diversas perguntas do Questionário I, nas quais os profissionais, de forma recorrente, identificaram a importância e a necessidade de formação continuada para o desenvolvimento e aprimoramento do seu exercício profissional, refletindo e apontando, além disso, critérios e estratégias para a realização desses momentos formativos.

A quarta sessão, **“Da oferta e participação nas formações”**, resulta das respostas do questionário na qual contam os aspectos relevantes para as formações ofertadas pela instituição. No que tange às observações dos pedagogos, foi possível identificar que um número significativo de respostas, considera questões relacionadas às condições físicas, materiais, de carga horária e disponibilidade de tempo como aspectos basilares a serem considerados na construção de uma proposta institucional de formação continuada em serviço.

A **“Abordagem didático-pedagógica”** é tratada na quinta e última seção, e contempla as sugestões e reflexões dos pedagogos sobre os aspectos metodológicos para esse modelo de formação, que proporcionem, primordialmente a articulação entre a teoria e a prática, a partir de uma abordagem crítica e contextualizada. A sistematização de situações contextuais que se relacionem

às competências do cargo e do setor de lotação do profissional no IF, foi apontada como estratégia metodológica pertinente para o desenvolvimento da proposta. Os participantes ressaltaram, ainda que a formação pode ser ofertada na modalidade à distância (EaD), de forma híbrida ou presencial,

A partir desse itinerário formativo, elaboramos a proposta de diretrizes norteadoras para formação continuada dos pedagogos da carreira dos TAEs do IFCE, conforme ilustra o quadro abaixo (Quadro 2).

Ressalta-se que as Diretrizes elaboradas no contexto do IFCE podem ser adaptadas ou reorganizadas em outros contextos, a partir de discussões realizadas entre os profissionais pedagogos e a instituição, buscando superar formações pragmáticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo objetivou apresentar a proposta de diretrizes norteadoras para ações de formação continuada dos pedagogos, construídas com a participação efetiva destes profissionais. Isto por considerarmos que proporcionar espaço de discussão e reflexão sobre sua realidade profissional, pode contribuir para sua organização enquanto categoria, e, além disso, impactar positivamente sua atuação pedagógica, numa perspectiva crítica e emancipadora.

Reforçamos que as diretrizes não se tratam de um documento rígido, mas de uma proposta que visa fomentar discussões entre os pedagogos TAEs sobre as especificidades de sua atuação, possibilitando o diálogo da categoria com as instituições, em específico com os Institutos Federais sobre suas demandas formativas.

Neste sentido, destacamos a importância dos pedagogos como protagonistas nas decisões que versam sobre suas atividades, suas atribuições e seus processos formativos com apoio da instituição, de forma coletiva, dialogada e participativa, considerando os aspectos de infraestrutura, de recursos humanos e de disponibilidade de tempo.

Abrir estes espaços, incentiva, ainda, a mobilização dos sujeitos em prol de uma política de formação continuada que esteja além dos interesses capitalistas, colocando-os em contextos de desenvolvimento de seus saberes e da concretização de suas aspirações, enquanto seres humanos, em sua integralidade, ainda que sob condições, muitas vezes, desfavoráveis.

Por fim, desenham-se possibilidades de estudos futuros sobre a efetivação dessas diretrizes, a forma como serão compreendidas e absorvidas pela instituição, bem como sua contribuição para a melhoria da qualidade das Formações Continuadas dos pedagogos TAE dos IFs.

Quadro 2: Proposta de diretrizes para formação continuada dos pedagogos (TAEs) do IFCE.

1. Formação para os pedagogos recém-ingressos na instituição

- 1.1. Formação para servidores recém-ingressos sobre Educação Profissional e Tecnológica (EPT).
 - 1.1.1. Conteúdos abordando a EPT desde a origem até os aspectos atuais.
- 1.2. Formação sobre Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
 - 1.2.1. Aprofundar a história dos Institutos Federais para melhor compreensão.
- 1.3. Apresentar o IFCE, com conteúdo sobre seu contexto histórico.
 - 1.3.1. Explicitar missão, visão e valores institucionais;
 - 1.3.2. Difundir estrutura da instituição, especificando organização multicampi e pluricurricular, com oferta de cursos em diversos níveis e modalidades;
 - 1.3.3. Apresentar PDI, Regimento Geral e demais documentos legais embasando atuação no IFCE.
- 1.4. Cada campus deve apresentar sua estrutura organizacional aos servidores recém-ingressos.
- 1.5. Tópicos 1.1.; 1.2.; 1.3. podem ser estruturados na modalidade de Educação à Distância (EAD).
- 1.6. Concluintes devem ser certificados pela instituição;
- 1.7. Servidor deve concluir essas formações durante estágio probatório.

2. Formação específica para os Pedagogos (TAE), recém-ingressos, lotados nas Coordenadorias Técnico Pedagógicas (CTPs)

- 2.1. Formação para pedagogos TAE recém-ingressos sobre conhecimentos específicos para atuação nas CTPs do IFCE.
- 2.2. Contextualizar histórico do papel do pedagogo TAE na instituição;
- 2.3. Apresentar competências necessárias para atuação dos pedagogos TAE, considerando Nota Técnica nº 003/2015/PROEN/IFCE e alterações.
- 2.4. Disponibilizar acervo atualizado, contendo documentos e normativas relevantes para atuação dos pedagogos.

3. Organização da Formação Continuada dos Pedagogos (TAE) do IFCE

- 3.1. Formações sistemáticas e continuadas aos Pedagogos TAE, sobre sua atuação na instituição.
 - 3.1.1. Formações em ciclos periódicos, com temáticas diversas;
 - 3.1.2. Sondagens regulares com os pedagogos TAE sobre demandas de temáticas para ciclos de formação continuada;
 - 3.1.3. Viabilizar espaços de troca de experiências entre os profissionais pedagogos TAE, reconhecendo este espaço como parte da formação continuada.
- 3.2. Garantir participação dos pedagogos TAE no planejamento, execução e avaliação dos ciclos de formação continuada.
- 3.3. Viabilizar formações com conteúdo de gestão administrativa e de ensino para pedagogos TAE que manifestem interesse e/ou que exercem função gratificada;
- 3.4. Viabilizar cursos de Mestrado e Doutorado em parcerias com outras instituições, financiados pelo IFCE ou com contrapartida de servidores.

4. Da oferta e participação nas formações

- 4.1. Garantir infraestrutura e para participação dos pedagogos nas formações;
- 4.3. Realizar formações dentro da jornada de trabalho dos pedagogos TAE;
- 4.3. Garantir a flexibilidade das formações, com ofertas presenciais e à distância.

5. Abordagem didático-pedagógica

- 5.1. Primar pela articulação entre teoria e prática;
- 5.2. Adotar abordagem crítica e contextualizada.
- 5.3. Oferta na modalidade EaD, híbrida ou presencial (oferta presencial e a distância);
- 5.4. Sistematização de situações contextuais relacionadas às competências do cargo e do setor de lotação; e
- 5.5. Escolhas de temáticas formativas inter-relacionadas ao público-alvo da instituição (EMI, EP, etc).

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

REFERÊNCIAS

CARRIJO, C. R. S.; CRUZ, S. P. S.; SILVA, K. A. C. P. C. da. O trabalho do pedagogo nos institutos federais de educação ciência e tecnologia: algumas análises.

Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 2, n. 11, p. 2–12, 2016. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3487>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 220 p.

LORENZET, D.; ZITKOSKI, J. J. Contribuições pedagógicas em institutos federais: o supervisor escolar, o orientador e o pedagogo técnico-administrativo. **Educação**, v. 40, n. 3, p. 459–468, 2017. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/23946>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MAGALHÃES, C. S. C. A. **Trabalho educativo do técnico-administrativo do IFRN/CNAT: consensos e dissensos**. 174 p. Dissertação de Mestrado — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <<https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1389>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

OLIVEIRA, W. L.; FONSECA, T. C. D. O trabalho do pedagogo na educação profissional do instituto federal de são paulo. **Revista Eixo**, v. 9, n. 3, p. 52–63, 2020. Disponível em: <<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/735>>. Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA, S. A.; MONTEIRO, F. M. A. Pedagogos não docentes nos institutos federais de educação, tensionando os processos de identificação. **Revista Educação em Questão**, v. 58, n. 58, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/22726>>. Acesso em: 10 out. 2021.